

Poder sindical levará ao fascismo, prevê a ESG

MAGDA DE ALMEIDA

A Escola Superior de Guerra (ESG) está preocupada com o "excessivo poder" que a nova Constituição está dando aos sindicatos brasileiros. Defendendo uma maior pluralidade tanto de partidos políticos quanto de sindicatos, a ESG teme que essas "superestruturas" sindicais que estão sendo criadas venham, em última análise, competir com os partidos, transformando-se em fortes canais de expressão política que acabarão por superar os próprios partidos, seus legítimos detentores.

Essas preocupações foram manifestadas ontem ao Estado por alguns dos mais importantes nomes (topos civis) do corpo permanente da escola: Ubiratan Macedo, chefe da Divisão de Assuntos Psicossociais, Pedro Figueiredo, chefe da Divisão de Assuntos Políticos, e Marcos Coimbra, chefe da Divisão de Assuntos Econômicos. Eles temem que a criação de uma central única nacional acabe "engolindo" as lideranças regionais que já adotam um sindicalismo moderno, fortalecendo "grupos radicais, com vinculações político-partidárias".

RETROCESSO

"Pior que tudo", ressaltou o

professor Ubiratan Macedo, "é que vão impedir que floresçam lideranças hoje latentes, cabeças novas, com as quais as categorias só teriam a lucrar. Estamos, portanto, caminhando para um retrocesso inexplicável, para um tipo de sindicalismo já há muito internacionalmente superado, muito comum na década de 30, mafioso, verticalizado, fascista".

Para o professor Pedro Figueiredo, "vai ser impossível termos uma democracia no Brasil com esse tipo de sindicalismo ultrapassado". Ele não esconde a sua perplexidade diante do "poder excessivo" que a nova Constituição está querendo dar a um tipo de sindicalismo que, a seu ver, não é democrático nem representativo:

"O grande problema da democracia é justamente o falseamento da democracia, ou seja, a ausência de representatividade. Observamos, na prática, que os sindicatos raramente representam mais do que 15% a 20% dos integrantes das categorias profissionais. É comum nas assembleias 400 decidirem pelos destinos de milhares. Ora, isso não é democracia. A rigor, a decisão de uma assembleia feita nessas condições não tem representatividade nenhuma. Mas é o que prevalece".

Apesar das preocupações da Escola Superior de Guerra, seus representantes fazem questão de ressaltar que a Constituinte "é soberana". Resta a ela a esperança de que, na segunda fase da votação, haja uma "maior conscientização" para essas questões e prevaleçam as posições "mais sensatas".

PODER POLÍTICO

"Quem tem um poder sindical excessivo, logicamente, vai acabar também querendo um poder político excessivo. Só pode haver uma democracia política, onde haja uma democracia econômica", ponderou o professor Marcos Coimbra. E em dos riscos que ele visualiza nesse tipo de postura sindical que a nova Constituição pretende adotar é a imposição, por parte de uma minoria organizada, de um determinado padrão sindical sobre a massa dos trabalhadores. "Certamente, eles não irão representar os interesses dessa classe, mas dos segmentos políticos, econômicos e sociais aos quais pertencem. Isso não é democrático. Pelo contrário, isso é fascismo puro", salienta Coimbra. A ESG acha que só lutando pelo pluralismo sindical, os trabalhadores brasileiros poderão evitar esse verticalismo tão temido pela Escola.

(Rio/Agência Estado)

Sindicatos comandarão a política, denuncia Afif

AGÊNCIA ESTADO E SERVIÇO LOCAL

"Estamos institucionalizando o corporativismo, a estrutura de participação político passando por uma estrutura sindical, seja ela de trabalhadores ou de empregadores." A afirmação foi feita ontem pelo deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) em discurso na Câmara, no qual ele criticou o acúmulo de poderes que a nova Constituição dará aos sindicatos. "O poder concedido aos sindicatos nos surpreendeu por criar uma estrutura ímpar no mundo, um poder jamais visto", disse.

Com essa declaração, o deputado repetiu o pensamento do sociólogo e consultor de sindicatos paulistas, Aloysio Azevedo, que fizera essa mesma denúncia no dia anterior, em entrevista ao Estado. Aliás, o deputado do PL leu trechos da entrevista na tribuna para fundamentar suas opiniões. Afif destacou, em especial, a frase de Azevedo: "A política passará pelos sindicatos e não pelos partidos". Em seguida, o parlamentar comentou que esta estrutura de poder concedida aos sindicatos talvez tenha sido resultado de pouca reflexão.

Afif Domingos ainda fez questão de que os anais da Casa registrassem uma citação do livro *O Século do Corporativismo*, de Mikhail Manoilescu: "O corporativismo não se deve confundir com o fascismo. Entretanto, a forma mais conhecida de organização corporativista contemporânea é o fascismo". O deputado pediu também aos parlamentares que fizessem uma "reflexão profunda" daquilo que está sendo aprovado, porque, acredita, o que se quer é uma democracia plural e participativa no País. "Mas estamos partindo para um critério corporativista e unitário, contrário à democracia que defendemos", alertou.

MASCARO

O professor de Direito da USP, Amauri Mascaro, por sua vez, também se mostrou preocupado com os direitos trabalhistas aprovados pela Constituinte, em especial com relação aos itens apontados pela mesa-redonda promovida pelo Estado e pelo Globo domingo passado. Para ele, chegou-se a um resultado contraditório, pois, ao mesmo tempo em que se dá o direito à greve ampla e irrestrita, garante-se o direito pleno à saúde. "Ao mesmo tempo em que se procura a liberdade sindical, manteve-se o sindicato atrelado ao poder, através do imposto sindical", afirmou.



Alencar Monteiro

Na Câmara, Afif alerta para riscos do corporativismo